

A INCLUSÃO DOS CADEIRANTES NA EJA DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS UMA NOVA REVISÃO

Suely Marilene da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa social que se insere no debate da Educação Inclusiva que teve como objetivo principal investigar as perspectivas e desafios à inclusão do aluno cadeirantes da EJA após o Decreto 6.571/2008. A análise efetuada mostra que a educação de jovens e adultos tem caráter discriminatório e assistencialista, e aponta o que está sendo feito para promover a inclusão dos indivíduos que nela estão inseridos. O embasamento teórico foi construído por meio de obras de diversos autores da área da Educação, tais como SILVA, (2009); Montoan (2003); Gil e Garcez (2009); Carvalho, (2000). A pesquisa foi realizada no início do primeiro semestre letivo de 2017, numa escola pública estadual do município de Recife, estado de Pernambuco. Participaram da pesquisa, cuja abordagem foi qualitativa, dez pessoas sendo: seis professores, a coordenadora pedagógica, a vice-diretora, uma aluna e sua responsável (mãe). A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semi-estruturadas. Por meio da pesquisa constatou-se que, após a criação do Decreto no 6.571/2008 adequou somente parte da estrutura física da escola e um professor está participando de curso de Inclusão. Por isso, os principais desafios da escola continuam sendo: integrar o atendimento educacional especializado a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família junto com as demais políticas públicas; implantar salas de recursos multifuncionais; promover a formação continuada dos funcionários para a educação inclusiva; adequar à parte física para a acessibilidade; e o Ministério da Educação realizar o acompanhamento e o monitoramento dessas ações.

Palavras Chaves: Desafios, aluno cadeirante, Decreto 6.571/2008.

¹ Graduada em pedagogia pela UVA. Suely.marilene@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação brasileira nos últimos anos tem sido assinalada por intensos debates, e um deles é sobre a Educação Inclusiva. Diversos profissionais envolvidos com o tema “Educação Inclusiva” estudam, pesquisam, promovem seminários, congressos, simpósios com o objetivo de traçar metas para tentar melhorar a situação dentro dos espaços escolares.

Por isso, foram criadas várias leis, decretos e projetos em torno do assunto. Mas, mesmo assim não está sendo fácil conseguir os resultados planejados. Nesse contexto, desde que comecei a ministrar aulas tive interesse em fazer um curso sobre “Inclusão”. Pensando na responsabilidade de transformar minhas práticas, ultrapassando alguns obstáculos existentes faz-se necessário a realização de estudos que visem a inclusão dos cadeirantes na EJA, garantido o direito de todos.

O tema foi escolhido por fazer parte da minha prática pedagógica há 04 anos, quando comecei a ministrar aulas para um aluno com necessidades especiais – cadeirantes - do 8o Ano (antiga 7a série na cidade de Recife). E, a pesquisa foi desenvolvida, a fim de buscar respostas para o seguinte problema: apesar de debates, seminários, criação de decretos, leis e entre outros sobre a educação inclusiva, o que se percebe é que, a maioria das escolas ainda não está preparada estruturalmente para atender os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE)².

Na atualidade é preciso que, os profissionais da educação estejam construindo a sua identidade de acordo com as tendências pedagógicas contemporâneas, porque o homem atual é considerado um ser situado num mundo material, concreto, social, econômico e ideologicamente determinado. E, o conhecimento é uma atividade inseparável da prática social.

O conhecimento hodierno é o resultado de trocas que se estabelecem entre o sujeito e o meio natural, social e cultural – teoria X prática. Onde, os assuntos são problematizados, investigados e discutidos a partir da vivência dos alunos. Isto quer dizer, a educação não é mais oferecida apenas para alguns como acontecia em épocas anteriores. A Educação atual é oferecida para todas as pessoas, não importando à idade, a etnia, a crença, dentre outros. Devido a todas essas mudanças, é necessário que o professor atual esteja em um processo contínuo de aperfeiçoamento.

²ANEE- Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

Apesar das relevantes reflexões existentes, é perceptível a necessidade de mais esclarecimentos sobre a inclusão dos cadeirantes na EJA. O ambiente escolar é um campo amplo, porém são poucos os artigos que mencionam as pessoas em cadeira de rodas na escola. A busca de intervenção passa a ser para esse trabalho um desafio metodológico e prático para a população que utiliza cadeiras de rodas. Incluir esses alunos nas escolas comuns significa reconhecer as diferenças e de transitar por novos caminhos, estabelecendo relações entre o que se conhece e o que há de se conhecer.

É importante refletir sobre a inclusão social em todos os âmbitos, pois na atualidade, esse tema da inclusão poderá não ser mais viabilizar oportunidades a todos, e sim, adaptar-nos para conviver com a diversidade. “Porque,” inclusão “é o privilégio de conviver com as diferenças.” Montoan (2003).

Neste sentido, a inclusão não deve ser interpretada como um processo de discurso, ao contrário, como um resultado ideal de uma sociedade inclusiva.

Pode-se dizer em linhas gerais que, “concretizar a inclusão escolar de uma criança com qualquer deficiência implica uma mudança paradigmática, um deslocamento da ótica da falta para o potencial” (GIL, SANTOS e BARBATO, 2010, p. 261).

Para Tunes, Tacca e Bartholo (2005) afirmam que, é no convívio social, que a experiência interpessoal possibilita o processo de elaboração e reelaboração de sentidos que organizam e integram a atividade psíquica dos participantes da relação. Diante disso, fica claro e evidente que a pessoa com deficiência física contribui também para o desenvolvimento da sociedade na qual está inserida.

Assim, não será necessário mais falar de inclusão, tratar-se-á de convivência com o diferente, na via de duplo sentido, isto é, conviver com igualdade, pois se faz necessário para garantir êxito em propostas inclusivas (Carvalho, 2000).

Deve-se então conciliar o atual discurso legal que determina oportunidades a todos os cidadãos, inclusive àquelas pessoas com deficiências e tornar acessível uma educação altamente excludente pelas formas e variações que assume.

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade de ensino, assegurada por Lei, que atende às pessoas que, por alguma razão, não puderam concluir os estudos na época adequada. Considerando a legislação atual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 expõe na Seção V – Da Educação de Jovens e Adultos:

Art.37. A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

A Educação de Jovens e Adultos representa uma possibilidade que pode contribuir para efetivar um caminho e desenvolvimento de todos os indivíduos, de todas as idades, cabendo ao professor na sua função de mediador do conhecimento, ter uma base sólida de formação. Sendo assim, planejar esse processo constitui-se uma grande responsabilidade social e educacional (SILVA, 2009).

A Importância da Educação Inclusiva no Contexto Educacional Atual

Toda pessoa se constitui “a partir de outros homens, por meio da linguagem e dos instrumentos criados culturalmente” (SILVA; RIBEIRO; MIETO, 2010, p. 4). E a constituição da pessoa com necessidades especiais não é diferente. Tanto o desenvolvimento de uma criança normal quanto uma criança com necessidades especiais ocorre do mesmo modo, ou seja, obedecem as mesmas leis.

È preciso, primeiramente, refletir sobre o que diz o capítulo “(Princípios e Fins da Educação Nacional”, Título II, art. 2º da LDBEN 9394/96), a “educação dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (p.1).

No meio escolar, nos deparamos com muitas escolas que ainda não estão adaptadas para receberem alunos com necessidades especiais, principalmente quando temos em foco alunos com deficiência física. Nesse sentido, o presente estudo surge de inquietações acerca da acessibilidade de cadeirantes suas dificuldades e avanços encontrados na EJA.

Dessa forma, buscamos entender como funciona a inclusão dos cadeirantes em uma escola pública municipal em Recife, se constituindo o problema de pesquisa. Para respondê-lo foi identificado através de visitas na escola da qual estudam cadeirantes na EJA, analisado a organização do ambiente escolar, e caracterizado o papel que a gestão da escola assume em relação à inclusão dos cadeirantes.

Para atender os objetivos aqui propostos e responder a nossa inquietação, organizamos este artigo em quatro momentos: Observar dificuldades que inviabilizam os alunos da EJA

participarem efetivamente das aulas, avanços encontrados e adaptações físicas para garantir a acessibilidade dos portadores de deficiência da EJA.

Em seguida, discutimos a metodologia da pesquisa, tomando a abordagem qualitativa como norteadora, caracterizando o campo investigado, os instrumentos de coleta de dados, os sujeitos envolvidos, e por fim, a análise de dados utilizada.

O momento seguinte é aquele no qual apresentamos os resultados da pesquisa que foram abordados. E, para finalizar, expomos as considerações finais que, além de retomar alguns pontos discutidos ao longo do trabalho, sinaliza aspectos provocados a partir do desenvolvimento da pesquisa.

Segundo Dessen e Polonia (2007, p. 22) afirmam que, “a escola e a família são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente”. Essas autoras informam que, nem sempre as famílias constituem uma rede de apoio funcional e satisfatória ou, mesmo, melhor que outras. Isso ocorre devido aos problemas e desafios enfrentados pela família, e sem uma rede de apoio social que promova a superação do estresse, a resolução de conflitos e o restabelecimento de uma dinâmica familiar saudável, as famílias podem desenvolver padrões de relacionamento disfuncionais, tais como: maus tratos à criança, a violência intrafamiliar, abuso de substâncias, conflitos.

Dessa maneira, entra o papel da escola. Ainda, as essas autoras citando Rego (2003) relatam que, é na escola é o espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global, mediante as atividades programadas e realizadas em sala de aula e fora dela, ou seja, a escola é uma instituição em que se priorizam as atividades educativas formais, sendo identificada como um espaço de desenvolvimento e aprendizagem e o currículo, no seu sentido mais amplo, devem envolver a todas as experiências realizadas nesse contexto.

REFERENCIAL TEÓRICO

A IMPORTANCIA DA GESTÃO ESCOLAR NO BRASIL

A função do gestor vem se modificando ao longo da história, à medida que a sociedade muda e se transforma, exigindo que a escola acompanhe estas transformações e se posicione de maneira a atender as novas demandas oriundas deste novo modelo social. Assim, a figura do diretor sai de cena dando espaço a um novo ator: o gestor. Para compreendermos

melhor esta troca de papéis é necessário conhecermos um pouco do histórico da gestão escolar no Brasil.

Neste sentido, tomamos como ponto de partida a educação colonial, que era ministrada pelos jesuítas, onde o processo educativo se alicerçava em um conjunto de estratégias que visavam a “formação integral do homem cristão” (RODRIGUES, 2008).

Entretanto, a estrutura pedagógica baseava-se na relação da filosofia e teologia e sua atuação começou pela catequese e, posteriormente, foi desenvolvido o ensino das primeiras letras para a população pobre. Para a elite, foram construídos vários colégios religiosos. Nesse período a administração da Companhia de Jesus era situada em Roma e o de provincial cuidava do estudo na província e fiscalizava o cumprimento da ordem de estudos (*Ratio Studiorum*).

Com o retorno de D. João VI para Portugal e com a proclamação da independência política do país, houve uma ruptura política e sociocultural, que refletiu na administração escolar pública.

Neste sentido, a educação primária era garantida a população branca e livre, o que demandou uma reformulação dos quadros administrativos e burocráticos. Assim, a elite recém-formada foi valorizada.

No período do Império houve um novo olhar a cerca da administração escolar, pois estabeleceu a relação entre a educação e o sistema legislativo. Surgiu, assim, o compromisso do Estado com a criação de escolas primárias para todas as pessoas das cidades, vilas e vilarejos.

Esse compromisso foi garantido pela lei de 1827, bem como a introdução de matérias e métodos educacionais, política salarial para o professor e obrigatoriedade de concurso público para o cargo de professor.

No ano de 1831, houve uma reviravolta no cenário político no Brasil, é o que afirma Rodrigues:

O ano de 1831 causou turbulentas transformações política no Brasil, devido ao denominado período regencial (1831- 1840). O período regencial marcado pela abdicação de D Pedro I se estendendo ao golpe da maioria de D Pedro II, em 1840, iniciando após desta data o Segundo Reinado. Durante o período regencial se efetivou o Ato Adicional de 1834, promovendo a descentralização do ensino. A administração escolar foi dividida por fatores sociais; a coroa ficaria responsável pelo nível superior, promovendo a educação da elite; por outro lado as províncias se responsabilizavam pela educação popular, gerenciando a escola elementar e secundária. (PIRES; RODRIGUES, sem data, pág.7)

A proposta de gestão democrática foi estabelecida na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, que prevê: “VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei. (Brasil, 1988). Reforçando este modelo de gestão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 estabelece a gestão escolar participativa e que o projeto político pedagógico EJA elaborado pelos membros da comunidade escolar juntamente com a família. Percebemos isto através dos artigos 14 e 15:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino Público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os Seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996)

Avançamos muito no que diz respeito à gestão democrática, mas ainda temos uma longa estrada a percorrer, pois vivemos em uma sociedade onde a burocracia ainda impera.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EJA:

A princípio, acreditamos que não é apenas a partir de uma situação de avaliação que a gestão juntamente com o professor chega a conclusões sobre seus alunos, mas sim de muitas situações observadas, isto é, assumir o diagnóstico da aprendizagem continuamente, para tomar a decisão de ultrapassar as dificuldades detectadas da qual destacamos:

- Alto índice de evasão;
- Falta de compromisso de alguns profissionais;
- Falta de espaço físico no espaço urbano;
- Permanência dos alunos na sala durante o horário da aula;
- Baixa autoestima;
- Falta de interesse do aluno jovem;
- Livros didáticos que não atendem aos interesses dos alunos;
- Falta de perspectiva de vida de alguns;

- Inconveniência do horário proposto pela escola;
- Distância dos alunos do local

AVANÇOS DETECTADOS EM EJA:

O diagnóstico da realidade de jovens e adultos, todavia, demonstra a desarticulação ainda existente nas ações governamentais, o que não contribui com o desenvolvimento de políticas públicas eficientes para jovens e adultos. Todavia, alguns avanços foram detectados na EJA dos quais destacamos alguns:

- a) Ampliação da oferta de EJA no espaço rural;
- b) Oferta sistemática de formação continuada para os professores;
- c) Aquisição de livros didáticos (alguns de qualidade) e material específico para EJA;
- d) Melhora no índice de alfabetização (alguns municípios);
- e) Trabalho a partir de projetos;
- f) Trabalhar a auto-estimas dos alunos;
- g) Melhoria do diálogo entre professor e aluno a partir das formações;
- h) Acréscimo do quantitativo de alunos que procuram a escola;
- i) Distribuição de merenda aos alunos de EJA;
- j) Sistematização de uma proposta de ensino direcionada aos alunos de alfabetização (alguns municípios);
- l) Melhora dos índices de evasão (alguns municípios);
- m) Monitoramento das ações de EJA;
- n) Capacitação por área de conhecimento para os professores e coordenadores municipais;
- o) Melhora no índice de aprovação nas séries iniciais e aumento da oferta de EJA no espaço rural.

Decreto no 6.571, de 17 de setembro de 2008: Disposição sobre o Atendimento Educacional Especializado³

O objetivo do decreto¹ no 6.571, de 17 de setembro de 2008 é dispor sobre o atendimento educacional especializado regulamentando o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e acrescentando também o dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

³texto adaptado do Decreto 6.571/2008

No art. 1o do referido decreto, o Presidente da República decretou que, a União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

De acordo com o decreto no 6175/08 é considerado atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. E este deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (§ 2o).

Ainda de acordo com o decreto, cabe ao Ministério da Educação prestar apoio técnico e financeiro às ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras como, por exemplo: implantação de salas de recursos multifuncionais; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva; adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. (Adaptado do Art. 3o)

De acordo com o § 3o do art. os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com deficiência.

Segundo o decreto, 6175/08, o Ministério da Educação é o órgão responsável para realizar o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, em colaboração com os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e, com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República¹.

A INCLUSÃO DE DEFICIENTES NA EJA

Conforme pesquisa feita no site www.ufpe.br foi constatada que embora a educação de jovens e adultos ocupe espaço de destaque na agenda das políticas educacionais no continente americano desde a metade do século XX, e não constitua novo tema no cenário educacional, este tema é novo quanto a abordagem pelo viés da educação de jovens com deficiência no sistema regular de ensino, o qual além de relevante é oportuno particularmente porque trata da

questão da igualdade de oportunidades educacionais no contexto do desenvolvimento de escolas inclusivas para todos.

A priori, Jovens e adultos com deficiência constituem hoje ampla parcela da população de analfabetos no mundo, porque não teve oportunidades de acesso a educação. Nos países economicamente ricos, a maioria das pessoas com deficiência está institucionalizada nos países econômicos pobres, está escondida, invisível na escola e nos espaços sociais. Em ambos os casos elas são privadas de oportunidades de aprendizagem formal e de desenvolvimento humano.

No contexto das profundas desigualdades socioeconômicas e política entre grupos sociais, reconhecer os direitos de pessoas com deficiência. Alinhado com tais mudanças, ao longo dos últimos dez anos o sistema educacional brasileiro emerso em orientação políticas e legais que refletem o compromisso com uma política de inclusão de abrangência social.

No governo de Lula no ano de 2001 ocorreu um papel preponderante no âmbito do desenvolvimento da educação brasileira, porque tem como prioridade o combate a exclusão social e educacional por meio de ações desencadeadas pela rede de ensino estadual e municipal.

Apesar das mudanças já operadas no sistema educacional em direção a inclusão e dos avanços significativos na política nacional, a ênfase da política inclusiva da secretaria de educação especial tem como o foco a primeira fase do ensino fundamental; a educação primária para crianças com deficiências em idade apropriada. Pessoa com deficiências tem sido mantida na sociedade como invisíveis. Institucionalizadas ou mantidas dentro de suas casas, essas pessoas estão impedidas de desfrutar das oportunidades sociais trazidas como a convivência humana.

Refletindo a sociedade, educadores (as) com deficiências estão invisíveis nas escolas regulares, e essa invisibilidade está na raiz de sua vulnerabilidade à exclusão e experiências de violências. A invisibilidade com deficiência em termos de sua ampla variedade de manifestação e limitação e possibilidades.

Pessoas com deficiência são seres humanos e, tanto quanto qualquer outra pessoa sem deficiência é diferente entre si, possuem estilo de aprendizagem diferente, gostam de coisas diferentes, são altos ou baixos, magros ou gordos, são melhores em português ou matemática, uns possuem linguagem e vocabulário melhor do que outros, e etc; apesar disso, a palavra deficiência conduz ao preconceito com base na incapacidade cognitiva, intelectual para aprender.

A inclusão é uma inovação, pois o sentido tem sido distorcido e polemizado pelos diferentes segmentos educacionais e sociais. A inovação não tem necessariamente o sentido inusitado, compreendemos que muitas vezes, estão na concretização do óbvio do simples e do que é possível fazer e ser desvelado para que possa ser compreendido por todos e aceito sem resistências, sabendo-se que a inclusão está começando a ser notória nos nossos dias e é necessário que façamos algo para que ela aconteça de uma forma ampla. É importante identificar o problema, e encontrar soluções e ter comprometimento dos educadores em fazer a diferença usando de recursos físicos e os meio materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade.

Deve-se dar prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo mudança no relacionamento pessoal e social na maneira de se processar a aprendizagem, é preciso desenvolver uma pedagogia centrada na capacidade de educar a todos sem discriminação, respeitando suas diferenças e seus limites para que se possa dar conta da adversidade social, oferecendo respostas adequadas para suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando for necessário, isto é uma meta a ser seguida por todos aqueles profissionais comprometidos com a educação inclusiva.

Segundo MONTAAM (revista escola 05/2005) definir inclusão: “É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.”

A educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção é um privilégio para os educadores viver com os diferentes, e diferente não é ser melhor nem pior. Esta convivência em qualquer idade, como no caso da educação infantil é importante pois, fará com que a próxima geração de adultos possa ser mais tolerante para com a diferença dos outros.

Entendemos que a inclusão escolar tem sido um tema atual pois pessoas que antes eram excluídas da escola regular e colocadas em uma instituição para deficiente, hoje elas tem o direito garantido por lei.

A partir da publicação da Declaração de Salamanca em 1994, pela UNESCO, foi desencadeado um processo mundial de mudanças em políticas públicas destinadas a garantir o direito à educação de grupos sociais em situação de desvantagem e risco contínuo de exclusão. O referido documento conclama governos de todos os países-membro das Nações Unidas a contemplarem em suas agendas, entre outros grupos, os afros descendentes, os ciganos, os vários grupos étnicos, as pessoas com deficiências, aqueles que vivem em áreas rurais e zonas remotas, etc.

Conforme a declaração de Salamanca que ocorreu em 1994, afirma que as escolas regulares com orientação inclusiva são meios eficazes de combater atitudes discriminatórias.

Concordamos com a proposta apresentada, pois a diversidade não deve interferir nos nossos conteúdos, mas, no ensino de equipamentos, códigos que sirvam para os alunos enfrentarem as barreiras que suas deficiências impõem. Precisamos entender que além de aprender a trabalhar com pessoas eficientes, temos de nos preparar para atender a todos, agindo com responsabilidade e cumprimento para melhorar a qualidade do ensino, sendo facilitador na forma de ensiná-los a aprender, deixando o preconceito, e dando direito de cada pessoa a se desenvolver de sua maneira, pois não adianta trazer o deficiente para a sala de aula e deixá-lo sentado, sem ser percebida, apesar das dificuldades a convivência com as outras pessoas é fundamental, porque entender as dificuldades que a espécie humana tem em compreender o trabalho com a diferença exigiria antes o recurso e ensinamentos juntos, para uma pedagogia conjunta.

Com o movimento internacional da inclusão, desde Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEM, (Brasil, 1996) a legislação brasileira tem gradualmente progredido na direção de assegurar ao estudante com deficiência acesso a educação. Apenas recentemente, contudo, a política nacional de educação especial na perspectiva da inclusão (Brasil/SEESP)2008 determina que é da responsabilidade das escolas oferecer, na própria escola ou por meio de parcerias com a rede de ensino, os meios e recursos necessários a cada aluno com deficiência para que possam avançar educacionalmente.

CADEIRANTES NA EJA

Buscando ter uma educação inclusiva de verdade nos dias de hoje, vem sendo um grande desafio para as escolas, não adianta colocar uma pessoa com necessidades especiais na sala de aula sem as devidas adaptações; pois o mesmo continuará segregado, excluído dentro da sala.

A pessoa deficiente precisa sentir-se valorizada, sendo preciso que o professor não enfatize a limitação dos alunos, mas mostre-lhes o quanto são capazes de evoluir sempre, e que cada conquista não seja um ponto final e sim um estímulo para ir à busca do seu crescimento no processo de ensino e aprendizagem.

Sabemos que uma pessoa no ambiente escolar terá de ficar muito tempo imóvel e cansará devido as suas limitações, necessitando de um apoio para facilitar um desempenho satisfatório. A grande dificuldade que os cadeirantes encontram é que as escolas não

apresentam condições físicas para recebê-los com a falta de rampas, banheiros adaptados espaços para que eles possam circular livremente.

São esses motivos que fazem com que o cadeirante desista e desanime na sua vida escolar, deficiência também não é sinônimo de ineficiência. Deficiência e doença têm definições distintas pela Organização Mundial de Saúde.

Ao confundir deficiência com doença, a mídia comumente reforça a idéia precipitada de que o primeiro passo para inserir uma pessoa com deficiência na sociedade é curá-la, quase “normalizá-la”. Ao contrário, reabilitada ou não, tendo frequentado uma escola regular ou não, pessoas com deficiência são titulares de direito.

Na mídia, é a veiculação de campanhas publicitárias que expressa claramente o quanto ainda persiste no imaginário da sociedade o impulso de escamotear a deficiência, como se ela fosse ilegítima, e devesse ser combatida como se faz com uma doença. Com certeza, não se deseja a deficiência, mas só a partir do seu reconhecimento é possível avançar em um processo de inclusão.

A Organização Mundial da Saúde e o Banco Mundial pedem que os governos facilitem o acesso destas pessoas a serviços básicos e invistam em programas que desenvolvam seus potenciais. Apesar de a lei dizer que a educação é um direito e dever de todas as portas da escola está fechado para muitos. Infelizmente a grande maioria das escolas públicas, ainda, não está preparada para receber alunos com deficiência.

Os motivos são vários, desde barreiras arquitetônicas à barreiras atitudinais, esse é o tipo de escola que exclui e não inclui. Escolas como esta, certamente estão na contramão da inclusão social.

ADAPTAÇÕES FÍSICAS PARA ALUNO CADEIRANTE

Desde que as sociedades foram formadas as pessoas foram criando conceitos e teorias. Às vezes, como o passar dos anos muitos desses conceitos e dessas teorias foram ou são utilizados para discriminar, inferiorizar e distinguir as pessoas umas das outras. Por isso, no transcorrer da história da humanidade as pessoas que não nasciam com o corpo perfeito eram tidas como anormais. Isto quer dizer, eram os deficientes.

Uma pessoa é deficiente quando "tem perda de uma de suas funções, seja ela física, psicológica ou sensorial" (SCHIRMER et. al. 2007, p.21). Então, a “deficiência física, em linhas gerais, diz respeito à perda ou redução da capacidade de movimento de qualquer parte

do corpo em decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas ou malformações congênitas e adquiridas” (GIL; SANTOS; BARBATO, 2010, p. 259).

Segundo os autores citam alguns exemplos de patologias que costumam remeter a uma deficiência física:

Lesão cerebral (paralisia cerebral, traumatismo crânio-encefálico); lesão medular (tetraplegias, paraplegias); miopatias (distrofias musculares); patologias degenerativas do sistema nervoso central (esclerose múltipla, esclerose lateral amiotrófica, Mal de Parkinson); lesões nervosas periféricas; amputações; seqüelas de politraumatismos; malformações congênitas; distúrbios dolorosos, posturais ou seqüelas de patologias da coluna ou articulações dos membros (cifoses, hérnias de disco, artropatias, reumatismo); seqüelas de queimaduras (p.259-260).

Que adaptações físicas deverão fazer na sala de aula considerando o aluno cadeirante e como adaptá-lo a sala de aula? A escola que irá receber um aluno cadeirante necessita de um detalhado estudo sobre o seu desenvolvimento geral, seu histórico de aprendizagem, é preciso fazer um diagnóstico cuidadoso para saber do que ele necessita.

É fundamental tratar esse aluno como uma pessoa com condições mentais normais, que necessita apenas de uma adaptação física e estrutural para melhor se adaptar ao ambiente e assim conseguir ser independente. A integração de aula é fundamental. A professora deverá conversar com seus alunos primeiramente sobre a deficiência do novo aluno, explicando toda situação do cadeirante.

Para incluir o aluno com deficiência física na escola é necessário que a escola possua adaptações coerentes com a necessidade do aluno como: portas largas, rampas de acesso, cadeira adaptada (deitar), mesa acoplada na cadeira de rodas, entre outros, os alunos precisam estar preparados para receber o colega deficiente.

O professor deve explicar que deficiência física não tem nada a ver com deficiência mental, a deficiência física afeta a parte motora e não a parte cognitiva da pessoa. Muitas vezes a discriminação acontece pela falta de conhecimento, ou por não saber lidar com uma situação nova, que não é comum.

Na escola na qual vivenciamos nossa pesquisa registramos aqui a conversa que tivemos com a gestora onde ela respondeu que a escola desenvolve ações para qualificar os espaços da escola para adequar a essa nova realidade, entretanto, Possuímos serviços de apoio com a Orientação Educacional e Secretaria de Educação que orienta as escolas nos processos de inclusão.

O aluno é avaliado na escola através de pareceres descritivos, apontando os objetivos que foram alcançados e os objetivos que devem ser trabalhados, não é comparado alunos com

alunos porque acreditamos que cada aluno é parâmetro de si mesmo, até mesmo pelas diferenças de idade que existe na EJA, pelo histórico de vida e das dificuldades que apresenta no seu cotidiano, sempre observa principalmente os avanços que aluno conseguiu obter durante o trimestre.

O aluno pode ser avançado para a outra série quando se observa avanços significativos na sua aprendizagem. Neste caso o aluno no qual entrevistamos é portador de deficiência física tem 26 anos, e segundo ele esta deficiência ocorreu devida o um acidente automobilístico que afetou seus membros inferiores.

Desde então passou a locomover-se em uma cadeira de rodas sendo necessário um acompanhamento de um profissional especializado que segundo ele não seria necessário, pois as pernas não iriam voltar a movimentar. Sua família no início do ocorrido limitou-se, não incentivando a dar continuidade na rotina de sua vida, pensando que, por ele estar naquela situação não iria conseguir vencer esse obstáculo.

Ao chegar à sala de aula não se sentiu a vontade devido a não interação que a turma teve com ele. Porém ele deu a volta por cima com sua alegria e força de vontade conseguiu o apoio e o respeito tanto da professora como dos colegas de classe. Sente-se muito bem na escola embora não haja rampa e nem sanitários adaptados, seu maior desejo era superar a dificuldade de ler e escrever, pois em relação aos números ele não tinha nenhuma dificuldade.

Hoje em dia sua professora diz que o aluno esta apresentando um excelente desenvolvimento. Superou a dificuldade de ler, agora, além de ler escreve pequenos textos, e interage com facilidade com toda turma que chega a sentir sua falta quando ele não vem à escola. Este aluno não consegue ver obstáculo que não consiga transpor, pois o percurso para chegar à escola é muito difícil com ruas esburacadas, com calçadas quebradas, e transportes mal estruturados com tudo isso ele não se desanima.

Por isso ele está em uma luta constante em favor de seus direitos participando de tudo que fale de acesso a inclusão dos cadeirantes na EJA, com os órgãos competentes, para ajudar não somente a ele, mas a todos os cadeirantes para terem acessibilidade nas escolas, ruas, coletivos e em todos os lugares em que frequenta. Sobre esse estudo podemos dizer que é muito emocionante ter um aluno com tantos problemas, estar conseguindo superá-los de uma forma, que jamais pensaríamos em dar conta.

Acreditamos que o aluno nos ensina muito mais do que ensinamos para ele porque a cada depoimento que o aluno realiza em sala de aula é muita reflexão que realizamos muitos diálogos a que vem abarcar assuntos cotidianos que são transformações em objetos de estudos

e qualificações para todos, se o aluno não estivesse vivenciando o nosso espaço deixaríamos de aprender a sua realidade e não jamais iríamos compreender o seu universo.

O aluno PNE não deve ficar excluído em salas especiais, ele deve participar do processo, justamente para contribuir para a formação de todos os indivíduos, que através das suas histórias a gente possa analisar como a nossa vida é boa e a gente não sabe aproveitar.

Devemos incluir para fortalecer na sala de aula a solidariedade e o respeito. Graças ao nosso aluno aprendemos muito com ele, vivenciamos experiências e conseguimos ter uma nova visão sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais nos lugares, isso é fundamental para o avanço das políticas de inclusão.

O Censo Escolar/MEC/INEP, realizado anualmente em todas as escolas de educação básica, acompanha, na educação especial, indicadores de acesso à educação básica, matrícula na rede pública, inclusão nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares e o número de municípios e de escolas com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais.

A partir de 2004, com a atualização dos conceitos e terminologias, são efetivadas mudanças no Censo Escolar, que passa a coletar dados sobre a série ou ciclo escolar dos alunos atendidos pela educação especial, possibilitando, a partir destas informações que registram a progressão escolar, criarem novos indicadores acerca da qualidade da educação.

A educação especial registrou em 2010, 702.603 matrículas, um aumento de 10% com relação a 2009, isso demonstra a importância de preparar as escolas para atual realidade da sociedade brasileira com relação à alunos deficientes.

Segundo o presidente do INEP, o grande salto aconteceu no processo de inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas regulares iniciadas em 2007. Com a expansão de alunos especiais nas escolas regulares caíram as matrículas nas escolas exclusivas. Isso, explica Joaquim Neto, evidencia o êxito da política de inclusão na educação básica.

METODOLOGIA

Encontramos na abordagem metodológica qualitativa o aporte para e construir a pesquisa, pois, possibilitou adentrar no contexto social e cultural de uma escola municipal e tentar compreender de uma forma mais aprofundada como funciona o atendimento de cadeirantes da EJA.

A abordagem qualitativa na presente pesquisa é pertinente, pois segundo Moreira (2002) as especificidades do ser humano praticamente exigem para seu estudo um conjunto

metodológico diferente, que leve em conta que o homem não é um organismo passivo, mas sim que interpreta continuamente o mundo em que vive.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede municipal do Recife. Ela foi escolhida por ter quatro cadeirantes na EJA, é localizada em uma comunidade urbana e residencial, com infraestrutura física restrita para atender as necessidades dos cadeirantes.

Em sua estrutura física pode observar que além das salas estreitas, pouca circulação de ar e iluminação natural nas salas, piso antiderrapante e sem desnível. Banheiros adequados com acesso por fora das salas e sem área externa. Dentre os profissionais envolvidos no atendimento aos cadeirantes matriculadas na escola, podemos citar aqueles envolvidos diretamente nesse atendimento: professor regente estagiária do curso de pedagogia e aqueles envolvidos indiretamente: auxiliar administrativo, serviço gerais, e merendeiras.

Para alcançar os objetivos propostos nessa pesquisa, selecionamos como instrumento de coleta de dados, a pesquisa documental, a entrevista e a observação. Outro instrumento utilizado foi à entrevista, que marca um momento de interação direta entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa, Ludke, (1986).

Desse modo, realizamos entrevistas semi-estruturadas, nas quais nos aproxima mais do imaginário da gestora e das suas percepções sobre o atendimento aos cadeirantes. A observação, que segundo Ludke (1986 p. 26) “possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado”, proporcionou-nos um olhar atento aos dados observados, para compreensão da dinâmica cotidiana da escola no que se refere ao atendimento prestado aos cadeirantes da EJA.

RESULTADOS OBTIDOS

Na escola⁴ na qual vivenciamos nossa pesquisa registramos aqui a conversa que tivemos com a gestora onde ela respondeu que a escola desenvolve ações para qualificar os espaços da escola para adequar a essa nova realidade.

Possuímos serviços de apoio com a Orientação Educacional e Secretaria de Educação que orienta as escolas nos processos de inclusão, onde o aluno é avaliado na escola através de pareceres descritivos, apontando os objetivos que foram alcançados e os objetivos que devem

⁴as informações principais que compõe esse tópico foram extraídas dos documentos do arquivo da escola campo da pesquisa (portarias, pareceres, Projeto Político Pedagógico dentre outros).

ser trabalhados, não é comparado alunos com alunos porque acreditamos que cada aluno é parâmetro de si mesmo, até mesmo pelas diferenças de idade que existe na EJA, pelo histórico de vida e das dificuldades que apresenta no seu cotidiano, sempre observa principalmente os avanços que aluno conseguiu obter durante o trimestre.

Neste sentido, o aluno pode ser avançado para a outra série quando se observa avanços significativos na sua aprendizagem. Neste caso o aluno no qual entrevistamos é portador de deficiência física tem 26 anos, e segundo ele esta deficiência ocorreu devida o um acidente automobilístico que afetou seus membros inferiores.

Desde então passou a locomover-se em uma cadeira de rodas sendo necessário um acompanhamento de um profissional especializado que segundo ele não seria necessário, pois as pernas não iriam voltar a movimentar. Sua família no início do ocorrido limitou-se, não incentivando a dar continuidade na rotina de sua vida, pensando que, por ele estar naquela situação não iria conseguir vencer esse obstáculo, mas, com o passar do tempo viram que ele estava precisando de muito apoio e incentivo para voltar aos estudos, porque antes do acontecido ele não se preocupava em estudar.

Ao chegar à sala de aula não se sentiu a vontade devido a não interação que a turma teve com ele. Porém ele deu a volta por cima com sua alegria e força de vontade conseguiu o apoio e o respeito tanto da professora como dos colegas de classe. Sente-se muito bem na escola embora não haja rampa e nem sanitários adaptados, seu maior desejo era superar a dificuldade de ler e escrever, pois em relação aos números ele não tinha nenhuma dificuldade.

Hoje em dia sua professora diz que o aluno esta apresentando um excelente desenvolvimento. Superou a dificuldade de ler, agora, além de ler escreve pequenos textos, e interage com facilidade com toda turma que chega a sentir sua falta quando ele não vem à escola. Este aluno não consegue ver obstáculo que não consiga transpor, pois o percurso para chegar à escola é muito difícil com ruas esburacadas, com calçadas quebradas, e transportes mal estruturados com tudo isso ele não se desanima. Por isso ele está em uma luta constante em favor de seus direitos participando de tudo que fale de acesso a inclusão dos cadeirantes na EJA, com os órgãos competentes, para ajudar não somente a ele, mas a todos os cadeirantes para terem acessibilidade nas escolas, ruas, coletivos e em todos os lugares em que frequenta.

Sobre essa pesquisa podemos dizer que é muito emocionante ter um aluno com tantos problemas, estar conseguindo superá-los de uma forma, que jamais pensaríamos em dar conta. O que alimenta o nosso trabalho e nossa força em vencer. Acreditamos que o aluno nos ensine muito mais do que ensinamos para ele porque a cada depoimento que o aluno realiza em sala

de aula é muita reflexão que realizamos muitos diálogos a que vem abarcar assuntos cotidianos que são transformações em objetos de estudos e qualificações para todos, se o aluno não estivesse vivenciando o nosso espaço deixaríamos de aprender a sua realidade e não jamais iríamos compreender o seu universo.

O aluno PNE não deve ficar excluído em salas especiais, ele deve participar do processo, justamente para contribuir para a formação de todos os indivíduos, que através das suas histórias a gente possa analisar como a nossa vida é boa e a gente não sabe aproveitar. Devemos incluir para fortalecer na sala de aula a solidariedade e o respeito. Graças ao nosso aluno aprendemos muito com ele, vivenciamos experiências e conseguimos ter uma nova visão sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais nos lugares. Isso é fundamental para o avanço das políticas de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que o caminho a percorrer é longo e cheio de barreiras, principalmente as atitudinais, para que as escolas da rede municipal de ensino se tornem, realmente, comunidades inclusivas, pois atitudes de rejeição e descrença em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais ainda são muito frequentes.

No atual cenário político- econômico brasileiro deparamo-nos com: o estado de desvalorização do magistério; a má qualidade da formação dos educadores; a inexistência, em muitas escolas, de um projeto político pedagógico que contemple a diversidade dos alunos; a falta de recursos específicos que aperfeiçoem a aprendizagem de todos os alunos; o descompromisso de muitas famílias com a educação escolar dos filhos, bem como o caos social e econômico em que muitas se encontram.

Contudo, não podemos esquecer que vivemos um processo de mudança que é, ao mesmo tempo, político, social, econômico, pedagógico e histórico e, portanto, lento.

Embora cientes das dificuldades, não devemos deixar de reconhecer e publicar os avanços obtidos, pois há uma tendência de se situar determinadas questões como se os estivéssemos sempre começando do zero e nada tivesse sido feito antes, de bom e necessário.

Através desta pesquisa constatamos de que as dificuldades não podem ser justificativas para falta de oportunidades, pois quando se acredita em um sonho e luta realmente por ele, ele se torna realidade. É o grande exemplo do aluno cadeirante da EJA que ultrapassou várias barreiras e ainda continua ultrapassando, mas, nunca pensou em parar. A experiência descrita não visa conclusões, mas a abertura para a reflexão sobre as diferentes

possibilidades de construção do processo inclusivo. Nesse sentido, fica o respeito e a consideração à individualidade do sujeito entendendo-o na sua singularidade e especificidade.

A presente pesquisa, mesmo com os limites de um estudo exploratório de pequena escala e curta duração oferece evidências sólidas quanto à forma como as redes de ensino estão se organizando na modalidade EJA para atender aos estudantes com deficiência, desse modo, o aluno com deficiência, não apenas ganha em qualidade de vida, dignidade e autonomia, mas também se percebe como um cidadão ativo da sociedade, rompendo preconceitos historicamente construídos.

Enfim, um país se torna mais humano quando aprende a conviver com as diferenças, a inclusão de um cadeirante é de interesse comum, pois precisamos aprender a viver com naturalidade quando temos contato pela primeira vez com essas pessoas, não devemos ter pena, compaixão, elas não precisam disso, elas precisam de convívio com outras pessoas, de oportunidades, de trabalho para que possam desenvolver estratégias de competências e atitudes no convívio social.

Precisamos também ter a visão clara de que a função da escola não é apenas ensinar, a ler e escrever, a prioridade é o convívio para que essas pessoas possam cuidar de si, se ela ler e escrever são apenas mais um avanço, ela precisa desenvolver avanços obtidos, pois há uma tendência de se situar determinadas questões como se capacidades de convivência para cuidar de si, ser autônoma, dona do seu destino, esse sim é o processo da inclusão.

REFERÊNCIAS

Alfabetização como liberdade. Brasília: UNESCO, MEC, 2003

Brasil, Ministério da Educação. SEESP - Educação Inclusiva: direito à diversidade. 2004-2005. Documento Orientador. São Paulo, 2005. Corde. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE: 1994.

CARVALHO Rosita Edler. 1997. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro. Eja & Deficiência <http://www.ufpe.br/cead/eja/textos/windiz.pdf>

FERREIRA, Windyz B. Avaliação das Condições da Oferta da Educação Especial na Rede de Ensino do Governo do Distrito Federal. Brasília,: Fundação Cesgranrio,2009

GARCEZ, Liliane. Educação Especial no Brasil: fatos, desafios e realizações. São Paulo 2009. GIL, Marta.

GIL, Ingrid Lapa de Camillis; SANTOS, Paulo França; BARBATO, Silviane. Capítulo 13: O aluno com deficiência física na escola. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília, ed. UnB, 2010, p. 259-268.

_____. Capítulo 14: Interface entre a Pedagogia e a Psicologia Escolar. In:MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília, ed. UnB, 2010, p. 269-276

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Fundamentos de educação especial. São Paulo: Pioneira, 1982.

MONTOAN, Maria tereza elglér. Inclusão escolar: o que é: Por quê? E como fazer? São Paulo: Moderna. 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições Sobre Educação de Adultos/ introdução e entrevista de Dermeval Saviani e Betty Antunes de Oliveira: versão final revista pelo autor. – 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RIVERO, J. H. Educação e Exclusão na América Latina: reformas em tempos de globalização. Brasília: Universal, 2000.

SANTOS, Monica Pereira dos. e Paulino, Marcos Moreira. Inclusão em Educação Culturas, Políticas e Práticas. (orgs), 2,ed; São Paulo: Cortêz,2008.

SILVA, Andréia Maciel. Educação de Jovens e Adultos (Eja) no Brasil. 2009. 17

SOUZA, João Francisco de. Uma Pedagogia da Revolução: A contribuição do governo Arraes (1960 – 1964). São Paulo: Cortêz. 1987.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen V. R; BARTHOLO, Roberto Santos Júnior. O professor e o ato de ensinar. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n.126, set/dez.2005.